

O movimento missionário e educacional protestante na segunda metade do século XIX: para cada igreja uma escola*

The missionary and educational protestant movement in the last half of the XIX Century: for each church one school

Jane Soares de Almeida**

RESUMO

Os protestantes, que nas décadas finais do século XIX vieram ao Brasil, apresentavam-se e se desejavam como expoentes de uma força renovadora que não pretendia apenas o ajustamento de seus membros às condições político-sociais dominantes, mas, inclusive, aspiravam por transformações econômicas a exemplo do que vinha acontecendo no seu país de origem, alicerçando assim o poderio do capitalismo incipiente que se delineava desde os meados do século. Assumindo uma postura de progresso e desenvolvimento, aliada a um padrão de comportamento ético onde imperava a austeridade, defendiam a vocação secularizante entre Igreja e Estado, a educação liberal e democrática, e se opunham ao totalitarismo retrógrado defendido pelos católicos imbuídos de forte espírito elitista e tradicional. Era a idéia do destino manifesto de um povo que tinha a incumbência divina de levar a verdadeira fé aos gentios e idólatras que viviam nos quatro cantos do mundo. *Palavras-chave*: missionarismo protestante, educação.

* Artigo extraído da Tese de Livre-Docência intitulada Mulheres e educação: missão, vocação, destino (São Paulo, 1870/1930), pesquisa financiada pela Fapesp na modalidade de auxílio à pesquisa e bolsa de pós-doutorado no exterior; e CNPq através de bolsa de Produtividade em Pesquisa.

** Professora Adjunta do Departamento de Didática, Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, e membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Cultura e Desenvolvimento (GEICD)/ FCL/Unesp. jancal@uol.com.br

ABSTRACT

The Protestants, who came to Brazil at the last decades of the 19th Century, presented themselves as and wished being exponents of a renovating strength which didn't just intend the adjustment of its members to the dominant political-social conditions but, besides, aspired for economic changes inspired in what had been happening in its origin country, supporting the might of the incipient capitalism that had been delineated since the mid-Century. Assuming a posture of progress and development, allied to an ethical behavior pattern where the austerity reigned, they defended the secularistic vocation between Church and State, the liberal and democratic education, and they were opposed to the retrograde totalitarianism defended by the Catholics emerged in strong elitist and traditional spirit. It was the idea of the manifested destiny of a people that had the divine incumbency of taking the true faith to the heathens and idolaters who lived in the four parts of the world.

Key-words: protestant missionarism, education.

Introdução

A história da influência protestante na educação escolar brasileira, apesar de alguns trabalhos significativos, ainda está por ser escrita. Normalmente, enfatizam-se os rumos que o catolicismo, como religião oficial do Brasil, tem determinado na organização curricular, na escolha dos programas, na difusão cultural e estendido suas ramificações a todo o sistema escolar brasileiro. Mas mesmo esse aspecto não costuma ser analisado como determinante no sistema escolar, limitando-se às investigações aos trabalhos de alguns poucos estudiosos preocupados com a estreita relação existente entre religião e educação.

A religião ocupa um lugar determinante na vida dos homens e insere-se na sua cultura e no delineamento da identidade de um povo. Na transmissão cultural pela via educativa proporcionada pela organização escolar de uma sociedade, a religião tem imprimido sua marca e seus dogmas, colaborando para esculpir mentalidades, impor comportamentos e promover mudanças concretas nos vários agrupamentos humanos.

No caso brasileiro, a igreja católica foi especialmente diretiva na introdução da sua ideologia desde os primeiros tempos do descobrimento. Embora estruturado como um catolicismo de aparências desde a Colônia, em que os comportamentos políticos e morais, não necessariamente de acordo com os princípios religiosos cristãos, sucediam-se sob os olhos complacentes do clero, devidamente acobertados pelos ritos da absolvição, a presença da religião católica na vida social e política sempre foi importante e sob suas vistas sucederam-se ou impuseram-se reformas e ditaram-se regras educacionais. Há que se observar que o poder e o prestígio, num país de iletrados, era prerrogativa dos que detinham o conhecimento proporcionado pela cultura letrada. O clero católico possuía esse conhecimento e, por conseqüência, o poder e, juntamente com pequenas parcelas da elite, formava classes à parte da população em geral. Na sociedade de então, o único código moral e ético das relações humanas ancorava-se naquele determinado pela igreja e nas suas formulações definiu-se o sistema escolar como veículo de cultura e na formação das identidades sociais. Ao mesmo tempo, não há que se generalizar essa influência, dado que, em qualquer sociedade minimamente organizada, a resistência também coexiste com os papéis de submissão e o catolicismo, como qualquer outra religião, embora tivesse uma maior aceitação no Brasil, também sofreu ataques ao longo da sua história no país, haja vista o episódio da expulsão dos jesuítas por Pombal no século XVIII e as conseqüências para o sistema escolar que estes haviam organizado, assim como o não alinhamento da igreja católica com o governo imperial e a oposição dos liberais republicanos quanto ao ensino religioso nas escolas, objeto de debates acirrados ao longo do século XX, debate esse ainda não completamente terminado.

O movimento missionário norte-americano

Quando os protestantes aportaram no Brasil para divulgar o Evangelho, encontraram um país com uma cultura que apresentava elementos favoráveis à sua implantação, mesmo considerando-se as inevitáveis perseguições levadas a efeito principalmente pelo clero católico, que via o protestantismo

como uma ameaça à hegemonia da religião do Vaticano. Os diversos grupos missionários foram precedidos por outros grupos protestantes pertencentes às Sociedades Bíblicas Americanas e Britânicas que abriram espaço para os demais, como os metodistas, os presbiterianos, os congregacionais, os batistas e os episcopais, que consideravam a religião evangélica como uma alternativa à religião oficial adotada até então no país. Esse movimento protestante ocorreu em meados do século XIX, quando colônias estabeleceram-se em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pará, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, entre outros.¹

Em São Paulo, os missionários fixaram-se no litoral ou embrenharam-se pelo interior da província, vendendo o Novo Testamento e conquistando adeptos para a nova religião através da divulgação do hinário religioso e alfabetizando a população para que esta pudesse ler a Bíblia. Há que se destacar que, para a população interiorana, a educação era algo difícil e de remota aquisição, o que resultava numa grande parcela de analfabetos. O clero católico rezava a missa em latim e nunca houve a preocupação de educar a população nem de disseminar a leitura da Bíblia, privilégio dos padres e de alguns poucos letrados.

Os primeiros missionários, ao atingir as ainda inóspitas regiões interioranas paulistas, pregavam o Evangelho e ensinavam hinos que eram cantados em reuniões familiares, fazendo amigos entre os moradores da província e preparando assim o terreno para a aceitação da nova religião. Esses homens enviavam relatórios para os Estados Unidos nos quais descreviam a imagem de um país “vasto, pitoresco, amável, acessível aos protestantes, e de futuro; mas, principalmente, como país de missão, ao

1 Segundo Frank P. GOLDMAN (1972), “...é difícil dizer se a ‘Guerra Civil’ e a ‘reconstrução’ foram as causas principais dessas imigrações. Pode-se porém afirmar que, segundo certa estimativa, dos 10.000 sulistas, aproximadamente, que deixaram os estados Unidos depois da Guerra de Secessão, cerca de 2.000 sulistas em sua maioria radicaram-se no Brasil. Haviam perdido seus escravos, ou melhor, o estilo de vida que a escravidão lhes proporcionava. Visavam, por conseguinte, fixar-se num país onde ainda vigorava o regime econômico de sua preferência, embora alguns dos que os chefiavam já tivessem previsto que também no Brasil a escravidão estava prestes a extinguir-se”. p. 10. Há que se refletir sobre a afirmação de Goldman, porque, na realidade, esses imigrantes não eram pessoas de posses que lhes permitissem possuir escravos no país. Alguns autores afirmam a vida dificultosa e cheia de sacrifícios que os imigrantes levavam. Além disso, não se pode esquecer das levas de nortistas, republicanos e anti-escravagistas que também para cá se dirigiram e fundaram colônias.

qual as igrejas protestantes deviam enviar missionários.” (RIBEIRO, 1981, p. 14). Em maio de 1859, a Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana² nos Estados Unidos, aprovou o Relatório encaminhado pela Junta das Missões Estrangeiras radicada em Nova Iorque. Do relatório constavam as informações dos primeiros missionários que vieram para o Brasil, nas quais estes descreviam o país como terreno fértil para a implantação do protestantismo. Justificavam que o território vasto, a população relativamente pequena, o clima saudável e os recursos inexplorados, além de um governo liberal, faziam do Brasil uma nação de grande potencial para um dia ser uma das mais importantes do mundo, o que justificava envidar esforços para introduzir no país princípios religiosos corretos, uma vez que o clero era omissos e seus representantes não primavam pela moralidade, dando péssimos exemplos ao povo.

A aprovação do relatório fez com que a Junta das Missões Estrangeiras nomeasse o Reverendo Ashel Green Simonton para fundar igrejas e pregar o Evangelho, alicerçando o futuro do protestantismo no país, através do ramo presbiteriano, que será tratado, de agora em diante, com maior ênfase, dado que as grandes escolas paulistas nele tiveram sua origem. Simonton desembarcou no Rio de Janeiro em 1859, viajou para São Paulo no ano seguinte e dali para o interior da província, onde sempre era bem recebido pelos brasileiros, conforme atestam suas cartas e relatórios à Junta. Nas suas viagens pelo interior da província, constatou o abandono cristão e educacional da população em geral e em especial dos protestantes imigrados, que não podiam casar-se, batizar seus filhos e enterrar seus mortos nos cemitérios, dado que o que vigorava eram os preceitos católicos. Observou que os imigrantes alemães e ingleses que chegavam corriam o risco de não ter seu casamento reconhecido ou a prole considerada legítima por este não ter se realizado nas igrejas católicas, o que, inclusive, era um fator dificultador para a imigração. Durante sua passagem pelo interior, Simonton verificou que nas diversas vilas havia alemães protestantes que necessitavam de um pastor e a Junta, a seu pedido, contratou o reverendo Christopher Scheneider, alemão naturalizado americano, que chegou a São Paulo em 1861.

2 Escolhi para ilustrar este trabalho o ramo do protestantismo presbiteriano por este ter tido uma maior representatividade em São Paulo e nas vilas do interior, embora os demais ramos também tenham fundado suas igrejas e suas escolas. Estudos mais detalhados sobre o tema encontram-se em Boanerges Ribeiro, Frank Goldman, Jether Pereira de Souza, Marcus Levy Albino Bencostta e Ana Maria Costa de Oliveira, que estão arrolados na bibliografia.

Daí deslocou-se para Campinas, depois Limeira, indo fixar-se em Rio Claro, que na época contava com aproximadamente 2.500 habitantes, entre os quais muitos imigrantes suíços e alemães que concentravam-se principalmente nessa vila, em Limeira e em Piracicaba desde o século anterior, tendo vindo trabalhar nos cafezais, substituindo a mão-de-obra escrava.

Rio Claro transformou-se em um local por excelência da propagação das idéias protestantes no interior paulista e a vila tornou-se um centro de afluência dos demais missionários. Esses homens modificaram hábitos e costumes entre os moradores da província e veicularam novos valores morais e éticos, além de introduzirem os mesmos ideais democráticos e liberais que abraçavam em seu país de origem, muitas vezes transformando comportamentos sociais e políticos de exploração de raça e classe, próprios de uma elite detentora do poder local, possuidora de uma mentalidade escravagista e dominadora. Um exemplo disso é o que foi denominado por jornalistas locais de a “saga de Davatz”, acerca de incidente político envolvendo uma rebelião de imigrantes europeus ocorrida na então Vila de São João do Rio Claro.

O suíço Tomaz Davatz veio como imigrante em 1855, radicou-se na Fazenda Ibicaba, de propriedade do senador Vergueiro, influente político local, junto com a leva de imigrantes em busca de trabalho nas extensas plantações de café e passou a trabalhar na lavoura. Homem com alguma cultura, constatou a extrema ignorância em que viviam os filhos dos imigrantes e começou a lecionar primeiras letras para crianças e jovens, em alemão, assumindo também as funções de pastor. Enquanto isso, foi percebendo e denunciando as condições miseráveis de exploração de mão-de-obra a que estavam submetidos os trabalhadores. Em 1856, foi expulso da fazenda após liderar uma revolta de imigrantes contra as más condições de trabalho e salário, voltando para a Suíça em 1857, onde escreveu um livro denunciando os maus tratos aos colonos nas lavouras de café no Brasil, fato que causou um escândalo internacional de grande repercussão.³

Há que se observar que, na última década do Império, a educação não obteve grandes progressos na Província de São Paulo e as propostas de implantação ou organização não foram além de debates parlamentares que não apresentaram resultados concretos. O ensino primário ainda demoraria algum tempo para organizar-se, notadamente no interior paulista, e somen-

3 A história de Davatz é narrada por Boanerges Ribeiro e por José Roberto Santana em várias reportagens publicadas no *Jornal da Cidade de Rio Claro* em 1993.

te a República recém-implantada iria dar os primeiros passos para instituir um ritmo oficial e universal à educação:

A escola primária graduada, compreendendo a classificação homogênea dos alunos, várias salas de aula e vários professores, é uma invenção recente na história da educação brasileira. Esta modalidade de escola primária, denominada *Grupo Escolar*, foi implantada, pela primeira vez no país, em 1893, no Estado de São Paulo e representou uma das mais importantes inovações educacionais ocorridas no final do século passado. Tratava-se de um modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação popular. Ao implantá-lo, políticos, intelectuais e educadores paulistas almejavam modernizar a educação e elevar o país ao patamar dos países mais desenvolvidos. (SOUZA, 1998, p. 20).

A mentalidade escravagista era bastante forte no interior paulista e impedia que os detentores do poder político e financeiro investissem em maiores proporções em escolas para os filhos da população em geral e para os filhos dos imigrantes que afluíam em levadas vindos da Europa. Nesse período, a idéia de educação como fator de desenvolvimento ainda não estava presente nas formulações ideológicas que antecederam a República Brasileira. Apesar de algumas conquistas no terreno educacional nos finais do século XIX, apenas com Vargas e a revolução de 30 é que criou-se o Ministério da Educação e da Saúde e a educação começou a desenvolver-se, imprimindo a tônica de sua essencialidade para o progresso do indivíduo e da nação.

Portanto, nessas últimas décadas do século XIX é que iniciaram-se as polêmicas pré-republicanas acerca do ensino público e privado, o Poder Imperial e a Igreja e os confrontos entre Monarquistas, Liberais e Positivistas, num quadro até então ausente de uma política educacional, dado o descompromisso das elites dirigentes para com a educação da população. O interesse pela ciência, por conta das formulações positivistas e pelas idéias liberais e republicanas, permitiria que as últimas décadas que precederam a proclamação da República passassem a veicular valores educativos

através da perspectiva da formação da cidadania pelo uso político do voto, momento em que a educação escolar emergiu como forma de controle social. No entanto, nos anos 70 do século XIX, as escolas públicas eram quase inexistentes, principalmente no interior de São Paulo. Na falta dessas escolas, os protestantes encontraram ambiente propício para implantar instituições calcadas nos seus próprios métodos pedagógicos e orientadas pelos seus princípios religiosos.⁴ No contexto educacional que se apresentava, não é de estranhar que houvesse interesse popular por essas escolas, independentemente da confissão religiosa, e o interior da província tornou-se o centro irradiador dos programas de evangelização missionária protestante norte-americana.

Outro ponto a considerar é que durante o Império, e na elaboração da Constituição de 1824, a Igreja perdeu alguma parcela do seu poder temporal perante o Estado em razão da desintegração do sistema escolar implantado durante o período em que a Companhia de Jesus ditava as regras educacionais na Colônia. Com a expulsão, em finais dos setecentos, o sistema ficou além de precário e permanecia estagnado quando os protestantes aqui aportaram, em meados dos oitocentos. Embora não tenham deixado de haver alguns conflitos, as elites dirigentes, entre as quais contavam-se liberais, maçons e positivistas, desejosos de uma república que equiparasse o país à Europa e Estados Unidos, imbuídos de idéias de independência e repúdio ao monarquismo, receberam os protestantes e abraçaram as novas concepções de vida e de sociedade que estes traziam do norte, além de conquistarem no campo da agricultura e da organização educacional, e ofereceram alguma proteção através de um sistema jurídico tolerante, que propunha a proibição da coerção e perseguição religiosa.

Incentivados por um sistema político que oferecia essa liberdade de crença, os missionários se sentiram confiantes para virem ao Brasil, tendo em mente da idéia de, nesta terra, alicerçarem sua igreja e divulgarem sua crença e sua ideologia. Essa atitude tinha paralelos com aquilo que aconte-

4 Frank Goldman observa que "...numa atitude típica de defesa cultural, os imigrantes desde logo tentaram conservar a cultura, a língua e a religião nativas, valendo-se dos seus próprios professores para os ensinar, de acordo com os métodos da *Little Red School Houses* (escolinhas vermelhas, isto é, de tijolos vermelhos) da 'velha pátria'. Fundaram também as *Mission Schools*, escolas protestantes missionárias segundo o modelo nortista (*New York Board*), ou sulista (*Nashville Committee*).” p. 11. Goldman ainda afirma que, nessas escolas, os métodos norte-americanos de ensino mantiveram-se quase que intactos.

cia no mundo todo: nas Missões na Índia, na China e nos demais países da América Latina. Era o imperialismo em sua forma cultural que lançava seus tentáculos pelo mundo civilizado conhecido e plantava, pela via religiosa, as raízes de uma civilização que considerava-se o exemplo de um sistema político democrático e que queria expandir-se como nação e, através dessa expansão, divulgar e implantar seu modo de vida. Nessa obra missionária, a educação impunha-se como um dos principais pontos a serem explorados, pois as mudanças que se faziam prementes na sociedade brasileira, do ponto de vista protestante, não poderiam dar-se numa população ignorante e analfabeta, incapaz de exercer seus direitos de cidadania.

Para os missionários, a questão educativa era totalizante. Não consideravam que sua missão fosse apenas evangelizar e sua ação centrava-se no objetivo de educar indivíduos imbuídos da moral e da ética, do sentido de coletividade e da aspiração, sempre bem recebida entre os americanos, de dar os primeiros passos nos rumos da ascensão social. Isso, na realidade, significava uma concepção de vida que deveria também ser divulgada junto aos nativos e que se traduzia por uma fé inquebrantável na educação como articuladora de valores sociais tais como liberdade, democracia, solidariedade e responsabilidade individual.⁵ Assim é que, em finais do século XIX, os missionários americanos passaram a vir para o Brasil cada vez em maior número, trazendo esposas e filhas que, posteriormente, viriam a incumbir-se do ensino nas escolas, enquanto os maridos divulgariam a doutrina aos nativos da terra e dariam a necessária assistência espiritual aos que professavam ou viessem a adotar a fé protestante. Possuíam esses missionários a crença inabalável dos que sentem-se iluminados por Deus para espalhar sua palavra a todos que dela necessitavam e nisso encontravam forças para enfrentar todos os obstáculos. Também sentiam-se otimistas, embora preocupados com os clérigos numerosos que exerciam considerável influência sobre a população inculta e analfabeta, tanto naquilo que professavam como nos hábitos livres, em desacordo com a moral cristã. Mesmo assim, muitos padres não se opuseram aos missionários e

5 De acordo com Jether Pereira RAMALHO (1976), “na formação ideológica dos missionários encontram-se dois elementos que, simultâneos, produzem ambigüidades: de um lado estão os princípios liberais que afirmam a liberdade de crença; do outro, as ênfases religiosas que privilegiam o ardor evangélico tão necessário à expansão de uma nova visão religiosa em ambiente, de certa forma, hostil.” (p. 71)

até viam com uma certa benevolência sua presença em terras brasileiras. Houve inclusive um padre católico que ficou famoso por ter aderido à fé protestante, o padre Manoel José da Conceição Tavares, alcunhado de “o padre louco” ou “o padre protestante”, que realizou importante trabalho de evangelização em Rio Claro e Brotas, tendo sido depois excomungado por sua conversão à fé protestante.

Os missionários, nas suas andanças pelo sertão, quando voltavam à São Paulo escreviam relatórios à Junta nos Estados Unidos, contando do modo afável dos brasileiros, principalmente paulistas e cariocas, seus hábitos livres, as uniões não legalizadas, a tolerância e o respeito pela religião alheia. A esse respeito, escreveu Simonton em 1864: “A Constituição Brasileira garante a liberdade de culto; tanto o Governo como o povo se gabam de serem tão liberais e tolerantes como qualquer nação, seus atos têm comprovado extraordinariamente essa pretensão, tanto aqui (no Rio), como na Bahia”.⁶

Ensinando, evangelizando e divulgando a palavra do Senhor

Na segunda metade do século XIX, chegaram ao Brasil as diversas denominações do protestantismo, como os metodistas, os congregacionais, os batistas e os presbiterianos, consideradas por RAMALHO (1976, p. 55) como “protestantismo de imigração”, provenientes das missões norte-americanas. Para esse autor, em 1836, grupos de imigrantes anglo-saxônicos fundaram uma sociedade metodista, o que pode ser considerado como o início do movimento missionário norte-americano e “...cria-se uma escola para crianças brasileiras e estrangeiras, assistência pastoral aos imigrantes e tenta-se a difusão da Bíblia de modo mais sistemático e abrangente”.

Um dos primeiros propagadores do protestantismo no Brasil que se tem notícia foi o médico escocês Dr. Robert Kalley, que aqui aportou em 1855, vindo exilado da ilha da Madeira por motivos de perseguição religiosa, estabelecendo-se no Rio de Janeiro. O reverendo Simonton também havia chegado primeiramente ao Rio, por conta do aportamento dos navi-

6 Do relatório de Simonton, em 1864, apud BOANERGES, 1981, p. 119.

os, para depois deslocar-se para São Paulo e dali para o interior da província. Na segunda metade do século XIX, chegaram ao país as principais missões: a Missão Metodista Episcopal, em 1870, a Missão Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos, em 1869, a Missão Batista, em 1881, a Missão Episcopal, em 1890, os Congregacionais, em 1855, os Presbiterianos do Norte, em 1859, precedidos pelos Luteranos, em 1823. Ramalho refere-se às restrições sofridas por esses evangelizadores: "...a proibição de construir-se casas com fachadas de igrejas; o de somente se considerarem válidos os casamentos efetuados por sacerdotes católicos, o que dava aos matrimônios protestantes e à sua prole a condição de ilegítimos; a proibição de livre pregação das doutrinas evangélicas em lugares públicos etc." (p. 57). O autor também observa que havia alguma resistência entre os locais que viam os missionários como "...portadores de uma ideologia não condizente com a dominante, concepção de vida e valores éticos não coerentes com o sistema valorativo da vida brasileira..."⁷

Um dos aspectos que chama a atenção ao estudar a inserção do protestantismo no Brasil e a criação dos colégios americanos é a ausência de estudos que tomem por referência o interior da província de São Paulo no século XIX. Ramalho observa que as primeiras preocupações dos missionários presbiterianos, quando chegaram ao país, foi a instalação de escolas e assinala algumas de orientação presbiteriana.⁸ No interior paulista, muitas escolas, no esquema referido de "uma escola para cada igreja", foram criadas, primeiramente em vilas como Botucatu, Rio Claro, Santa Bárbara, Brotas, Araraquara, entre outras. Nesta última, funcionou um colégio também denominado Mackenzie até aproximadamente 1924, em prédio próprio, onde hoje é a Casa da Cultura da cidade.⁹

7 Apesar disso, segundo o autor, as adesões ao protestantismo atingem famílias inteiras, assim como intelectuais e membros da aristocracia, além de comerciantes, artesãos, operários e militares (RAMALHO, 1976, p. 57).

8 Instituto Gammon (Lavras, 1869), Mackenzie College (São Paulo, 1870), Ginásio Evangélico Agnes Erskine (Recife, 1904), Instituto Ponte Nova (Wagner, 1906), Colégio Quinze de Novembro (Garanhuns, 1907), Instituto Cristão (Castro, 1915), Colégio Evangélico do Alto Jequitibá (Presidente Soares, 1923), Colégio Evangélico de Buriti (Buriti, 1924), Instituto José Manoel da Conceição (Jandira, 1928) e Colégio Dois de Julho (Salvador, 1928), p. 81.

9 Os registros desse colégio não encontram-se nos arquivos da Prefeitura Municipal, nem nos da Biblioteca Mário de Andrade de Araraquara, tampouco nos arquivos do Mackenzie, o que parece indicar que podem estar no Arquivo do Estado. No momento, estou tentando localizar essa documentação.

A escalada protestante pelo interior da então Província de São Paulo contribuiria posteriormente para uma melhora de oferta de ensino escolar que, se na capital era precário e incipiente, no interior era praticamente inexistente e a população permanecia quase que inteiramente analfabeta, com o beneplácito do poder público e a omissão da igreja católica.

Nos anos 70 do século XIX, chegou a Rio Claro o reverendo João Fernandes Dagama, calvinista exilado da ilha da Madeira, onde organizou a Igreja Presbiteriana e logo depois a Escola Americana, em seguida foi para Araraquara onde erigiu uma igreja em 1873. Voltando a Rio Claro, em 1877, fundou um internato e externato para órfãos que funcionou até 1886. A escola fundada por Dagama notabilizou-se por possuir excelentes mestras e dar um ensino de boa qualidade. Imbuído do mais autêntico fervor religioso, Dagama viajou por diversas cidades interioranas fundando igrejas e, sempre que possível, escolas. Havia que se alfabetizar a população inculta e dar-lhes condições educativas de ler a Bíblia e, dessa forma, receber a palavra de Deus. Era essa a principal aspiração dos missionários e para isso submeteram-se ao clima quente, sofreram perseguições, enfrentaram doenças como malária e febres persistentes, tiveram dificuldade de adaptação ao país e não foram poucos os que não resistiram e voltaram à pátria ou morreram vitimados por moléstias. Porém, o trabalho evangelizador dos missionários marcou a cultura nacional e introduziu mudanças no sistema educacional que era frágil, ainda atrelado ao enciclopedismo jesuíta.

Muitas escolas instalaram-se na região e ergueram-se ao lado das igrejas, muitas vezes em edifícios precários, sem carteiras ou lousas, tendo como principal material pedagógico os evangelhos. Essas escolas americanas ergueram-se em Campinas, Piracicaba, Brotas, Rio Claro, Botucatu e Santa Bárbara e atendiam os filhos dos imigrantes e da população mais pobre, dado que havia dificuldade em atingir as classes melhor situadas economicamente. Aliás, para os abastados interioranos enriquecidos com o plantio do café explorado pela mão-de-obra imigrante, colocar os filhos na escola pública era uma vergonha à qual não costumavam expor-se, o que não dizer então de colocá-los numa escola não católica? Assim procuravam pela instrução protestante os que não conseguiam ensino regular pela via pública e que não tinham recursos para os colégios católicos dos padres.

O fato é que a igreja católica somente teve uma reação para recuperar o terreno perdido no campo educacional durante o Império nas primeiras décadas após a República, com a implantação de colégios católicos atendendo separadamente os dois sexos, em claro confronto com o princípio

co-educativo divulgado pelos americanos protestantes. Para as oligarquias paulistas, não era agradável educar suas filhas ao lado dos rapazes e repudiavam esse sistema em nome de uma moralidade herdada dos colonizadores portugueses e fortemente ancorada no catolicismo. Tal mentalidade fez com que os protestantes conseguissem se alicerçar no sistema educacional durante o Império, principalmente entre a população de baixa renda e os imigrantes europeus. Mas esse quadro principiaria a mudar gradativamente com as idéias republicanas que, no final dos anos 80 dos oitocentos, passaram a exercer sua influência nas mentes ilustradas do país.

Voltando ao reverendo Simonton, este havia sido professor de meninos em sua terra natal e tinha claro que a conversão passava pela leitura da bíblia e essa leitura era inviável para uma população com alto índice de analfabetismo. Desse ponto de vista, criar escolas era condição mais do que necessária para levar a bom termo a propagação da fé religiosa e para a evangelização do país que lhe dera acolhida. Assim é que, a cada grupo convertido nas vilas do interior, solicitava à missão que enviasse um professor ou pagasse o salário de algum mestre aqui radicado, que pudesse formar uma classe de primeiras letras, aí a explicação da prática de para cada igreja uma escola.

Em 1863, chegaram a São Paulo o reverendo Alexander Latimer Blackford¹⁰ e a sua esposa Elizabeth. Em pouco tempo, enfrentavam os sertões interioranos em busca de fiéis e viajaram para Campinas, Limeira, Rio Claro e colônias vizinhas. Apesar do otimismo, preocupavam-se com os clérigos, algumas vezes hostis, assim como com parcelas da população que não viam com bons olhos uma religião diferente, assustando-se com a falta de higiene e as múltiplas doenças e, pior ainda, não compreendiam a indiferença em relação à vida espiritual que a população expressava, tão em desacordo com seu próprio modo de vida, voltado para o total acatamento dos preceitos da sua religião. Há que se observar que, se os padres católicos agiam como mediadores do vínculo entre os homens e Deus e distribuíam absolvições em troca de pequenos favores, os protestantes pregavam

10 A correspondência de Blackford com a Board dos Estados Unidos e com pessoas de seu círculo de relações encontra-se arrolada na Coleção de Microfilmes Brazil Mission 1833-1890. As cartas são numerosas e referem-se muitas vezes à criação de escolas erigidas em prédios ao lado das igrejas nas cidades do interior, queixando-se freqüentemente da falta de verbas para mantê-las e da necessidade da população em instruir-se para conhecer o Evangelho e a verdadeira religião. A correspondência é em inglês e manuscrita em ambos os lados do papel, o que dificulta bastante a leitura.

uma relação direta com Deus, sem a mediação dos pastores e, nesse enfrentamento, não havia lugar para deslizes ou negociações perante os pecados cometidos, o que resumia a síntese da diferença entre os dois grupos cristãos.

A criação de escolas ao lado das igrejas, que não podiam erigir-se em torres para o alto, como as católicas, ancorava-se no compromisso religioso de ensinar a palavra de Deus às crianças desde a mais tenra idade. Nisso, levavam vantagem sobre o clero católico, que utilizava a bíblia em latim, portanto inacessível para o povo, além da sua leitura ser privilégio apenas dos padres. No entanto, apesar dos esforços dos missionários, o protestantismo não alcançou maior influência no período e, apesar de notáveis avanços durante a República, não conseguiu atingir a maioria da população, o que leva a inferir que o prestígio da igreja católica se mantinha por força da herança cultural, em que pesem as restrições de alguns segmentos mais intelectualizados e mesmo governamentais que a esta se opuseram nos diversos períodos.

Nas suas andanças pelo interior, o reverendo Blackford incorporava as mesmas preocupações que Simonton em relação à criação de classes para os filhos dos convertidos. Ambos acreditavam que para o futuro das igrejas evangélicas no Brasil, oferecer escolas para os filhos dos convertidos era meio indispensável para conseguir fidelidade religiosa e atrair novos adeptos. Existia implícita a idéia centrada na ética protestante que afirma que "...o evangelho dá estímulo a todas as faculdades do homem e o leva a fazer maiores esforços para avantajá-lo na senda do progresso".¹¹ Blackford considerava as mulheres excelentes mestras de crianças de ambos os sexos, diferindo do ideário católico, que as achava melhor talhadas para lecionar apenas para as meninas em vista do repúdio do catolicismo à co-educação.¹²

11 Do relatório de Simonton ao Presbitério, em 1867, apud BOANERGES, 1981, p. 184.

12 O repúdio à co-educação dos sexos por parte do clero católico é analisado por Cyntia P. de Souza. A autora utiliza-se de alguns escritos do Padre Leonel Franca, um dos maiores opositores dessa prática protestante. O padre considera que: "...submeter ao mesmo paralelismo educativo – com o regime das mesmas aulas, dos mesmos professores, nos mesmos locais, com os mesmos métodos – é pretender nivelar o que deve ser diferente, é impedir que para cada sexo realize a plenitude do ideal que lhe é próprio e o qual dotou a natureza de aptidões particulares." Escrito do Padre Leonel Franca, apud SOUZA, p. 40.

A cidade de São Paulo como campo de missão: escolas democráticas e trabalho feminino

Alguns anos depois da vinda de Blackford, em 1869 chegou o reverendo George W. Chamberlain a São Paulo, vindo do Rio de Janeiro, onde já havia fundado, juntamente com Simonton e Blackford, a primeira igreja Presbiteriana do Brasil, em 1862. No ano seguinte ao da chegada a São Paulo, sua esposa começou a lecionar numa classe para meninas que montou na sala de jantar de sua casa. Foi dessa iniciativa que surgiu o Mackenzie, que até hoje existe em São Paulo como escola de ensino fundamental, segundo grau e vários cursos universitários. Mary Ann Chamberlain preocupava-se com as meninas protestantes vítimas de perseguição religiosa nas escolas. Poucos meses depois, passaria a também receber meninos e, em pouco tempo, os filhos de ambos os sexos dos positivistas, liberais e republicanos discriminados por católicos e monarquistas.

Com a maior procura e o aumento do número dos alunos, a pequena classe de Mary Chamberlain se transformou em escola e mudou-se para uma casa de cultos. Em 1871, Mary P. Dascomb, outra professora que havia lecionado no Rio de Janeiro, nomeada pela Junta de Nova Iorque e que já em 1866 viera como preceptora dos filhos do cônsul norte-americano, chegou a São Paulo especialmente para administrar a escola. Em 1885, Horace Manley Lane foi convidado pelo reverendo Chamberlain para ser seu diretor e, posteriormente, em 1894, a escola passou a chamar-se Mackenzie College, instituição patrocinada pelo filantropo americano John T. Mackenzie. Ao mesmo tempo, foram criadas escolas em vários locais, tanto em São Paulo como nas outras províncias, sustentadas em parte pelos pais dos alunos e por fundos da missão. Foram tempos difíceis, de dinheiro escasso para os missionários, os gastos eram consideráveis e as escolas consumiam muito numerário, não sendo poucas as que fechariam por dificuldades financeiras.

Apesar de todos esses problemas, com a criação e funcionamento das escolas americanas, a prática protestante começava a erigir novos valores sociais, como os pais investindo nas escolas, colaborando para pagar professores e ajudando os filhos sempre que possível, ao mesmo tempo em que se valorizava o trabalho das mulheres como educadoras de crianças e implantando abertamente a co-educação dos sexos, princípios adotados nos Estados Unidos do Norte desde 1850, aproximadamente.

A Junta em Nova Iorque costumava acatar os constantes pedidos de ajuda por parte dos missionários e, como concordava com o valor da instrução, enviava para o Brasil homens e mulheres com o objetivo de divulgar não só a fé religiosa, mas o ensino segundo os preceitos norte-americanos, além de colaborar para o pagamento de salários dos professores brasileiros convertidos. Um dado de valor histórico é o grande número de mulheres trabalhando como professoras já desde esse período, embora isso continue sendo pouco explorado entre os historiadores da educação brasileira e historiadores em geral. Apesar do trabalho relevante por elas exercido, seus nomes aparecem nas entrelinhas e quase não são mencionadas nos estudos educacionais. As mulheres e as filhas dos ministros chegavam acompanhando maridos e pais e ajudavam a levar a bom termo seu trabalho, incumbindo-se de lecionar nas escolas levantadas junto às igrejas, não permanecendo ociosas e inclusive assumindo encargos de direção e organização das escolas. Nomes como Mary P. Dascomb, Mary Ann Chamberlain, Elmira Kuhl, Nanie Henderson, Mary Videau Kirk, Charlotte Kemper, Kate Bias, Mariquinhas Prestidge, Phoebe R. Thomas, Ellie Miller, Rosa Vieira Ferreira, Adelaide Molina, Miss M. G. Goodale, Anna Nicodemi, Maria E. Ellis, Carrie Porter, Virginia E. Porter e Marcia Brown foram importantes na formação de um sistema educacional brasileiro, mas, mesmo assim, somente aparecem para ilustrar os feitos de seus maridos ou pais, como aliás ocorre em toda a História da Educação Brasileira, o que vem sendo lentamente resgatado por pesquisadoras preocupadas em introduzir estudos em que se atente para o papel do gênero.

Essas mulheres, tanto as americanas quanto as brasileiras convertidas, que abraçaram seus propósitos educacionais, além da educação dos meninos e meninas, também empenharam-se na formação de novos quadros profissionais que pudessem dar continuidade ao seu trabalho em esfera local. Para isso, investiram na criação de escolas que pudessem não só educar meninos e meninas, mas formar professores e professoras para o Ensino Primário, que em fins do século passava por tentativas de implantação e reforma em São Paulo. Na reforma do Ensino Primário e Normal efetivada por Caetano de Campos em 1890 e na criação das Escolas-Modelo e dos Grupos Escolares, Marcia Brown foi chamada para ajudar, juntamente com Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, brasileira que estudara nos Estados Unidos, ambas consideradas grandes conhecedoras do método intuitivo adotado nas escolas daquele país.

Os valores éticos e morais protestantes e a organização das escolas americanas

As escolas americanas se notabilizavam por enfatizar um ensino em que a tônica era a solidariedade e o individualismo ético, onde imperavam valores como honra, virtude, respeito mútuo e liberdade, derivados da religião e do acatamento de seus preceitos. Buscava-se motivar e incentivar alunos e alunas a seguirem um modelo de educação que propiciasse mudanças comportamentais e instituisse valores diferenciados na sociedade brasileira, que não aqueles calcados num modelo clerical católico. Muitos intelectuais formadores de opinião como Rui Barbosa, Rangel Pestana, Caetano de Campos, entre outros, viam com simpatia essa forma dos protestantes veicularem sua cultura e moldarem sua identidade e não foram poucos os que consideravam o “modelo cultural” norte-americano como algo a ser seguido e implantado no país, que procurava organizar um sistema de ensino que o equiparasse às grandes nações do mundo.

Nesse período, havia estudantes que iam aos Estados Unidos completar sua formação, diferentemente dos tempos monárquicos, quando a referência era a Europa. Os protestantes desejavam formar elites em suas escolas, pessoas que, convertidas ou não, abraçassem seu modelo cultural e ético voltado para valores como trabalho, moderação, religiosidade, respeito. Queriam formar seres humanos semelhantes àqueles de seu país, imbuídos de ideais democráticos e do desejo de servir a Deus e à Pátria e que fossem agentes de mudanças sociais. Por conta disso, nas aulas e na orientação pedagógica das escolas, evitavam o proselitismo religioso, não exigiam conversão à sua fé, nem a observação de seus preceitos, mas era explícito, nos relatórios enviados à Junta, que também queriam formar pastores para dar prosseguimento à sua missão e atrair os jovens para a “verdadeira fé.”

Na organização das escolas, utilizavam os princípios de classificar os alunos pelo seu índice de inteligência e aplicação, criticando a falta de homogeneidade das classes nas escolas brasileiras. Pregavam a liberdade e a democracia como valores essenciais na formação do cidadão, opondo-se, os presbiterianos vindos do norte, à escravidão e ao monarquismo que contaminavam a sociedade brasileira e inculcavam valores antidemocráticos, perniciosos a uma sociedade bem organizada.

Nos cursos, instituíram o ensino graduado com classes de ler, escrever, dominar as quatro operações, o ensino do inglês, geografia, português, latim, francês, alemão, grego. Em continuidade aos anos iniciais básicos, abriram um curso acadêmico com matérias como matemática, línguas, história, geografia, filosofia, física, química, direito público. O ensino religioso veiculava valores morais e éticos, em que se pregava o valor dos indivíduos por sua honradez e virtude e o respeito pelo Criador. Esses princípios e esses valores deram a tônica das escolas protestantes, que procuraram adotá-los na sua organização e funcionamento.

Quando em 1870, em São Paulo, Mary Ann Chamberlain organizou, em sua sala de jantar, uma classe para meninas protestantes, sua grande procura por aqueles que eram politicamente perseguidos fez com que o reverendo Chamberlain considerasse que o sistema escolar do Império era insuficiente e que necessitava haver um lugar para ensinar a todos aqueles que eram perseguidos nas escolas públicas, fossem ou não protestantes. As mesmas reflexões fariam Georg Nash Morton e Edward Lane, ministros presbiterianos que haviam chegado ao Brasil em 1868, com o objetivo de determinar no país qual o melhor lugar para sediar a missão. O reverendo Lane era do Nashville Committee das Igrejas do Sul dos Estados Unidos e de origem inglesa, tendo estabelecido o centro de suas atividades missionárias na região de Campinas. Em 1870, Lane e Morton fundaram em Campinas a Igreja Presbiteriana e a escola que funcionou por um ano. Em 1873, a escola organizou-se melhor e teve funcionamento contínuo, tendo como professora Miss Nanie Henderson, posteriormente ajudada por Miss Mary Videau e John W. Dabney, que passaram a lecionar no College. Estava iniciando-se o funcionamento do Colégio Internacional de Campinas, que em 1875 recebeu a visita do Imperador D. Pedro II.¹³ Em 1879, devido a dificuldades financeiras que abalaram o colégio, Morton foi embora para São Paulo levando, metade do corpo docente com o objetivo de abrir uma escola sua.¹⁴

13 Boanerges Ribeiro observa que o Colégio Internacional “é bem diverso das pequenas escolas primárias que se formaram junto a cada igreja presbiteriana, nas cidades e nos sítios; essas escolas são filhas de uma migração espiritual já realizada; a mudança já se fez, abalou raízes, exigiu efetiva substituição de valores, princípios, agendas, praxes dos recém-convertidos (...)” (1981, p. 208).

14 A história do Colégio Internacional de Campinas também é analisada por BENCOSTTA (1996).

Quando, em outubro de 1871, Chamberlain organizou uma reunião em São Paulo com o objetivo de conseguir apoio para a fundação do College, os missionários Morton e Lane também estiveram presentes e, em dezembro, realizaram reunião similar para fundar o colégio de Campinas. Tanto os missionários radicados em Campinas quanto o reverendo Chamberlain propunham fundar um tipo de colégio que englobasse o curso primário, o secundário e o curso superior científico. Na escola de São Paulo, a assembléia decidiu que usaria os métodos e a organização escolar praticados nos Estados Unidos e a língua utilizada seria a portuguesa: "...era voga a escola em francês para os filhos dos ricos; no momento, a maior clientela de Mary Ann eram crianças de língua inglesa. Mas o Rev. Chamberlain não quis fazer concessões: na Escola se lecionaria em português." (RIBEIRO, p. 229)

Chamberlain obteve apoio da Junta em Nova Iorque para a Escola Americana em São Paulo. A escola deveria ministrar educação evangélica segundo os princípios da moral protestante, ficava excluída a propaganda religiosa e a religião se limitaria às questões éticas e morais. Os filhos dos republicanos e abolicionistas seriam recebidos, assim como os filhos dos escravos; a educação seria mista; o ensino deveria ser pago para dar conta das despesas, pois a escola não teria fins lucrativos; haveria bolsas de estudos para os mais pobres e, se possível, oferecidas àqueles que desejassem seguir a carreira missionária; doações poderiam ser aceitas e utilizadas para a melhoria do ensino; e a escola poderia também alfabetizar adultos.¹⁵ A "Board of Foreign Missions of the Presbyterian Church" de Nova York acatou a idéia de Chamberlain e aprovou a iniciativa de sua esposa, incumbindo-se de fazer com que o empreendimento se desenvolvesse.

A escola idealizada pelo casal Chamberlain deveria introduzir o método intuitivo e a leitura silenciosa, diferentemente do que faziam as escolas brasileiras com seu costume de leitura em voz alta e decoração sem raciocínio, ainda de acordo com a tradição dos jesuítas. O ensino deveria ser desenvolvido utilizando-se de manuais escolares próprios, à semelhança dos manuais americanos. O colégio deveria funcionar com uma "Elementary School", um "Secondary School", a "Junior High School", a "Senior High School" além de organizar um "Preparatory Course for College" e uma "Scientific School". Instituiu-se a semana de cinco dias, eliminando as au-

15 BOANERGES, op. cit., p. 230-231. Para Ribeiro, "...é claro que não é isso o que a assembléia de Chamberlain propõe, nem o que Morton vai inaugurar em 1873." (p. 232).

las aos sábados e o ano letivo deveria ter 190 dias. O colégio funcionaria em regime co-educativo e a língua utilizada seria o português. Dar-se-ia ênfase ao treinamento manual, à ginástica e aos esportes em geral, adotando-se também o regime de internato. Não se admitiria preconceitos de qualquer espécie, fossem de raça, sexo, político ou de orientação religiosa. De acordo com os princípios éticos e democráticos norte-americanos, considerava-se que, sendo a educação um direito do indivíduo, existia também a obrigação de garanti-la indistintamente a todos, independentemente da raça, da cor, do sexo ou da classe social. A propaganda religiosa seria excluída e a função do ensino religioso seria apenas debater valores éticos e morais, descartando-se o proselitismo religioso de qualquer espécie. (RAMALHO, p. 82). A abertura oficial deu-se em 1872, sendo nomeado como diretor o reverendo Chamberlain e, como vice-diretor, o reverendo Robert Lenington. Posteriormente, criou-se uma “Training School” destinada a formar professores e, em 1877, um “Kindergarten”, com método de ensino baseado em Froebel, que seria dirigido por uma professora vinda dos Estados Unidos, Miss Phoebe Thomas.

A formação de professores

Para Chamberlain, a formação de professores era uma tarefa urgente, pois pensava que uma escola sem bons mestres não atenderia aos anseios educativos exigidos para a formação dos alunos. O preparo do futuro educador seria uma preocupação constante dos dirigentes das escolas americanas, pois sendo o articulador e organizador do ensino e por repousar em suas mãos e em seu caráter a perfeita educação dos jovens e crianças, a formação do professor deveria ser equilibrada e rodeada dos maiores cuidados profissionais e pedagógicos.

A “Training School”, criada em 1875, destinava-se a preparar os futuros contingentes de professores, que seriam os encarregados de ministrar ensino primário. O curso tinha seu currículo organizado com disciplinas como: Metodologia do Ensino, Pedagogia, Higiene Escolar, Psicologia Aplicada, Matemática, Português, Geografia, História, Música e Educação Física, com duração de três anos. No ano de 1886, essa escola foi trans-

formada na Escola Normal do Mackenzie College e para dirigi-la foi convidada Miss Marcia Brown, missionária e professora americana, considerada uma grande especialista no método intuitivo.

Em 1896, foi inaugurada uma Escola de Engenharia que seguiria os mesmos princípios de suas congêneres norte-americanas: laboratórios, trabalho de campo, professores em tempo integral, teoria e prática caminhando juntas. Horace Lane, ao assumir a direção do colégio, deu nova vitalidade à tão sonhada escola de Chamberlain. Posteriormente, seria chamado para colaborar com o Governo de São Paulo, como consultor educacional de Caetano de Campos e Cesário Mota, os organizadores do ensino público no Estado.

Outra missionária norte-americana que teve importante papel no ensino protestante foi Mary Dascomb. Filha de missionários e educadores, nascida em Rhode Island, em 1842, havia vindo uma primeira vez ao Rio de Janeiro como preceptora dos filhos do cônsul norte-americano, tendo voltado dois anos e meio depois para os Estados Unidos. Em 1869, foi convidada por Simonton para integrar a equipe missionária e alguns anos depois dirigia a Mission School de Brotas, na Província, de São Paulo. Percorreu as várias vilas da província, como Botucatu e Rio Claro, indo depois fixar-se no Paraná onde, juntamente com Ella Kuhl, fundou a Escola Americana de Curitiba. Ella Kuhl também nasceu em 1842, numa pequena cidade em Nova Jersey, formou-se professora pelo Women's College e veio para o Brasil trabalhar como missionária. Em 1877, junto com Mary Dascomb, veio para São Paulo, lecionou depois em Botucatu e, em 1892, acompanhou Dascomb a Curitiba. As duas professoras permaneceram no Brasil até 1917, quando, com apenas um dia de diferença, viriam a morrer, Ella Kuhl nos Estados Unidos e Mary Dascomb em Curitiba.

Da pequena sala de aula erigida ao lado das igrejas para as grandes instituições de ensino, foi dado um grande passo e o sistema educacional norte-americano deu também sua contribuição para o desenvolvimento da educação no Estado de São Paulo. A implantação de uma prática educativa inovadora e uma visão de mundo diferenciada, com o tempo, ganharam a simpatia dos intelectuais reformadores e os colégios firmaram-se como centros de excelência irradiadores de modernas metodologias, passando a ser aceitos também pela classe média ascendente urbana e por uma pequena burguesia progressista. Essas escolas contaram com mulheres colaborando eficazmente para sua implantação e funcionamento. Ao lado dos homens, dedicaram suas vidas e seus esforços para erigir escolas e igrejas e

disseminar no país escolhido a sua religião, o que significava o seu estilo de vida. No entanto, são pouco mencionadas nos estudos sobre a História da Educação Brasileira, conforme já foi assinalado. Rever suas vidas e contar sua história significa resgatar o papel feminino frequentemente acobertado ou omitido na história oficial. Assim, além dos nomes citados anteriormente, há que se destacar Mary Grady, Martha Watts, que fundou o Colégio Piracicabano, Alice Moore e Susan Littlejohn, que a substituíram na direção deste, Leonora Smith, que foi enviada a Ribeirão Preto para erigir uma escola nessa vila – o Colégio Metodista – assistida por Miss Mamie Fenley, Jennie W. Kennedy, que dirigiu o Colégio Americano de Taubaté.

Ao findar o século XIX, a Província de São Paulo contava vários estabelecimentos de ensino comumente denominados Escolas Americanas. Essas escolas beneficiaram o sistema escolar que tentava firmar-se no cenário do ensino público paulista e, aos poucos, foram tornando-se parte do cenário nacional, tanto que as autoridades brasileiras a elas prestaram seu reconhecimento. Portanto, explorar o potencial pedagógico dessas escolas revela-se um caminho para repensar a educação escolar atual, uma educação que tem sido constantemente exposta a críticas, a reformas periódicas e nem por isso parece conseguir atingir os seus objetivos. Ao mesmo tempo, investigar a vida das educadoras norte-americanas protestantes no Brasil também significa dar maior visibilidade feminina na construção da cultura, da nacionalidade e da identidade de um país e de sua população, num caminho a ser ainda devidamente explorado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. de. Formação de professores do 1º grau: a Prática de Ensino em questão. São Carlos, 1991. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos.

ALMEIDA, J. S. de. Nada sei; nunca li letras: as mulheres na educação escolar brasileira. In: ALMEIDA, J. S. de. (Org.). *Estudos sobre a profissão docente*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001.

BENCOSTTA, M. L. A. *Ide por todo mundo: a Província de São Paulo como campo de missão presbiteriana 1869-1892*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1996.

BOANERGES, R. *Protestantismo e cultura brasileira: aspectos culturais da implantação do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

DAMBORIENA, P. *El Protestantismo en America Latina*. Bogotá: Oficina Internacional de Investigaciones Sociales de FERES, 1962.

DONOVAN, M. S. *A different call: women's ministries in the Episcopal Church (1850/1920)*. Morehouse-Barlow: Wilton, CT, 1986.

GOLDMAN, F. *Os pioneiros americanos no Brasil: educadores, sacerdotes, covos e reis*. São Paulo: Pioneira, 1972.

JORNAL da Cidade de Rio Claro, 16 abr.-6 jun. 1996.

OLIVEIRA, A. M. C. de. *O destino (não) manifesto: os imigrantes norte-americanos no Brasil*. São Paulo: União Cultural Brasil-Estados Unidos, 1995.

RAMALHO, J. P. *Prática educativa e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T., ALMEIDA, J. S. de. *O legado educacional do século XIX*. Araraquara: Unesp – Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

SANT'ANNA, J. R. *A história acontece aqui*. Mimeog.

SCHWARTZMAN, S. A política da Igreja e a Educação: o sentido de um pacto. *Religião e Sociedade*, v. 13, n. 1, p. 110, mar. 1986.

SUGG, R. S. Jr. *Mother-teacher: the feminization of American Education*. University Press of Virginia Charlottesville, 1978.

TYACK, D.; HANSOT, E. *Learning together: a history of Coeducation in American Schools*. London: Yale University Press, 1990.

VENÂNCIO FILHO, F. *Contribuição norte-americana à Educação*. Conferência na Associação Brasileira de Imprensa, 28 nov. 1940.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1981.

Texto recebido em 11 jun. 2002

Texto aprovado em 6 ago. 2002